



**RELATÓRIO DE VIAGEM DO DEPUTADO NILTO TATTO PT/SP  
SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMITIVA DE  
PARLAMENTARES NA 23ª CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES  
UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP-23), EM BONN,  
ALEMANHA.**

## **1. Introdução**

As Conferências das Partes são encontros anuais dos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), criada em 1992 após a realização da Rio-92, com o objetivo de discutir e firmar compromissos para combater o aquecimento global e seus efeitos na Terra.

Os dois mais importantes marcos do clima firmados no âmbito da Convenção-Quadro são o Protocolo de Quioto, firmado na COP-3 em 1997, e o Acordo de Paris assinado na COP-21 em 2015. O Protocolo de Quioto possui dois períodos de vigência: o primeiro de 2008 a 2012 e o segundo, proposto pela Emenda de Doha (COP-18), de 2013 a 2020. Porém este último possui<sup>1</sup> apenas 91 das 144 ratificações exigidas para a entrada em vigor.

O Brasil é um dos países que pode contribuir para a entrada em vigor da Emenda de Doha e para acelerar as ambições pré-2020, por meio da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 433, de 2016, que aguarda apreciação do plenário da Câmara dos Deputados. Esse PDC submete ao Congresso Nacional a aprovação da Emenda de Doha. O parlamento brasileiro tem sido cobrado - reiteradas vezes, interna e

---

<sup>1</sup> Levantamento feito em 21 de novembro de 2017.



Externamente – a dar andamento à ratificação dessa Emenda para fortalecer seu protagonismo nas negociações climáticas globais e em virtude do sinal positivo que isso representaria às demais nações.

Com relação ao período pós-2020, o Acordo de Paris estabelece como meta principal limitar o aumento médio da temperatura global, até 2100, em até 2°C acima dos níveis registrados antes da Revolução Industrial, além de promover esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. Para viabilizar o atingimento desses objetivos, cada nação apresentou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), que estabelece não só os percentuais de redução das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), mas também ações que serão adotadas para alcançar esse fim. O Acordo de Paris está vigente, foi ratificado por 170 nações e, até o momento, foram apresentadas 165 NDCs, sendo a NDC brasileira uma das mais ambiciosas.

O desafio lançado para as COPs seguintes à COP-21 é estabelecer um “livro de regras” para os dispositivos do Acordo de Paris, regulamentando essas regras, tais como o financiamento das ações climáticas, a cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, os mecanismos de desenvolvimento sustentável, a transparência na cooperação entre as partes, os diálogos facilitativos, entre outros aspectos.

Nesse contexto, as negociações realizadas na COP-23 se concentraram nesses elementos, porém com avanços ainda muito tímidos. Em nossa avaliação, os maiores avanços se concentraram na oferta de recursos internacionais para ações de mitigação, adaptação e meios de implementação, por meio de compromissos firmados com fundos, bancos e organismos de cooperação internacional.



## 2. Composição da Comitiva de Parlamentares:

A comitiva de parlamentares que participou da COP-23 foi integrada pelos Senadores Jorge Viana, Davi Alcolumbre, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Kátia Abreu; e pelos Deputados Nilto Tatto presidente da comissão de meio ambiente, Leo de Britto, Arnaldo Jordy, João Daniel, Nelson Pellegrino, Arthur Maia, Cláudio Cajado, João Bacelar, Alex Manente, Ricardo Tripoli e Xuxu Dal Molin. Para assessorar a comitiva foram designados os servidores do Senado Gustavo Aouar (Consultoria Legislativa) e Paula Groba (Rádio Senado).

## 3. Atividades da Comitiva de Parlamentares:

**DOMINGO: 12 DE NOVEMBRO DE 2017**

### a) Reunião da União Interparlamentar (*Inter-parliamentary Union – IPU*)

No dia 12 de novembro de 2017, participei da União Interparlamentar se reuniu por ocasião da COP-23, com a mesa de abertura composta pelas seguintes autoridades:

Sra. Jiko Luveni, do Parlamento do Fiji;

Sra. Claudia Roth, do Parlamento Alemão;

Sra. Gabriela Cuevas Barron, Presidente da União Interparlamentar;

Sr. Abdelhakim Benchamach, Presidente do Parlamento de Marrocos;

Sr. Frank Bainimarama, primeiro-ministro de Fiji e Presidente da COP-23;

Sra. Patricia Espinosa, Secretária Executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

Moderadora: Sra. Aleksandra Blagojevic, do Secretariado da IPU.



Durante esse encontro, foi aprovado um documento<sup>2</sup> que estabelece consensos entre os parlamentares. Afirma que por três anos consecutivos as temperaturas médias globais foram as mais altas registradas e observa com grande preocupação o fato de que grandes partes do mundo já estão hoje sofrendo massivamente dos impactos do aquecimento global sob a forma de eventos climáticos extremos como inundações, secas e furacões. O documento destaca que, em muitos lugares, as energias renováveis já são hoje mais baratas do que as fontes de energia fóssil e a expansão das renováveis e da eficiência energética contribuem significativamente para criar empregos verdes e combater a pobreza. O consenso encoraja todos os Estados do mundo a rever suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) no sentido de torná-las mais ambiciosas

Após a primeira rodada de debates, o Senador Jorge Viana conversou com a Sra. Patricia Espinosa, Secretária-Executiva da Convenção-Quadro (UNFCCC, na sigla em inglês) e solicitou uma reunião dela com os parlamentares brasileiros, para discutir as expectativas sobre as negociações e a política climática brasileira. O pedido foi atendido e essa reunião veio a acontecer no dia 14 de novembro, na área reservada à Secretaria-Executiva da Convenção-Quadro, situada na *Bula Zone*.

#### **b) Participação da comitiva em eventos paralelos na *Bonn Zone*:**

##### **Evento 1: Novos avanços ao retirar o desmatamento da cadeia de suprimento**

Objetivo: A produção de *commodities* agrícolas contribui com 70% do desmatamento tropical. A procura por esses produtos pode crescer até 50%

---

<sup>2</sup> Disponível em <<http://archive.ipu.org/splz-e/cop23/outcome.pdf>>. Acesso em 22/11/17.



2050. A tríplice vitória (acabar com o desmatamento, alavancar a produtividade agrícola e reduzir a pobreza) pode e deve ser alcançada dissociando a produção de *commodities* do desmatamento.

Organização: *Global Climate Action* (Ação Climática Global).

Local: Sala de Reuniões nº 5 (meeting room #5), *Bonn Zone*.

#### Participantes:

Fernando Sampaio, Diretor-Executivo da Estratégia PCI do Estado de Mato Grosso, Brasil;

Daan Wensing, Diretor do Programa Global “Paisagens e ‘Commodities’ do desmatamento (IDH);

Cynthia Ong, Diretora-Executiva da “Forever Sabah”;

Frederick Kugan, Vice-Diretor, do Departamento Florestal de Sabah, Malásia;

Dr. Christopher Stewart, Chefe de Responsabilidade Corporativa e Sustentabilidade da OLAM;

Darlington Tuagben, Diretor de Gestão da Autoridade de Desenvolvimento Florestal da Libéria;

H.E. Vidar Helgesen, Ministro do Clima e Meio Ambiente da Noruega;

Kevin Rabinovitch, Vice-Presidente Global da Mars Inc.

Laura Phillips, Vice-Presidente Sênior para Sustentabilidade Global do Vice President for Global Sustainability, Walmart

#### **Evento 2: Novas plataformas de ação e advocacia florestal: povos indígenas e lideranças religiosas**

Objetivo: Observar que cultura e religião inspiram ambição para proteger os direitos dos povos indígenas e comunidades locais - grupos que administram cerca de 25% das florestas tropicais do mundo. Os direitos sobre sua terra e sobre seus recursos são, portanto, cruciais para proteger as florestas e os serviços (meios de subsistência, ar limpo e água) que eles fornecem.



**Participantes:**

Benki Piyãko, líder político e espiritual da comunidade Ashaninka do Brasil;

Reverendo Fletcher Harper, Diretor Executivo da *GreenFaith*;

Sônia Guajajara, Coordenadora Nacional da Articulação dos povos indígenas no Brasil;

Hindou Oumarou Ibrahim, do Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudança do Clima.

**SEGUNDA-FEIRA: 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

- a) **Participei do 8o Fórum Mundial da Água**
- b) **Reunião parlamentares Alemães e brasileiros Mudança do clima e energia renovável**

**TERÇA-FEIRA: 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

- a) **Participei do Observatório do Clima (OC) - Inovações para medir os compromissos das políticas públicas e do setor privado no combate ao desmatamento e mitigação de gases de efeito estufa no Brasil.**
- b) **Participei da reunião sobre o Impacto da reciclagem do lixo urbano nas emissões de gases do efeito estufa no Brasil.**

**QUARTA-FEIRA: 15 DE NOVEMBRO DE 2017**

- a) **Participei da abertura do segmento de alto nível da COP 23, com a participação de 25 Chefes de Estado e de Governo.**
- b) **Participei da reunião com o Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, no Espaço Brasil**

O Ministro do Meio Ambiente Sarney Filho informou que a COP-23 é uma COP técnica, que tem como objetivo estabelecer uma série de regras para o Acordo de Paris. O Ministro foi convidado para o evento dos parlamentares no Espaço Brasil e disse que levaria os negociadores



brasileiros para detalhar os instrumentos que estavam sendo regulamentados, principalmente os financeiros.

O Ministro destacou o resultado positivo no combate ao desmatamento de 2016-2017, atribuindo-o principalmente a ações de comando e controle. Contudo, ponderou que o comando e controle tem um limite e que o Brasil precisa expandir sua atuação com instrumentos econômicos.

Foi discutida a importância da aprovação da Emenda de Doha e a necessidade de pautar e aprovar a matéria na Câmara dos Deputados, bem como garantir recursos orçamentários ao Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados para combate ao desmatamento e proteção da vegetação nativa.

Por fim, foi encaminhada ao Ministro a preocupação geral com relação à Medida Provisória (MPV) nº 795, de 2017, que concede incentivos fiscais de quase 1 trilhão de reais para o setor de petróleo e gás.

**c) Evento no Espaço Brasil: “A agenda do parlamento brasileiro e a implementação do acordo do clima pelo Brasil”**

No dia 15 de novembro de 2017, às 17h00, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, pela primeira vez, promoveram um evento dentro do Espaço Brasil, que teve como objetivo debater a pauta positiva e a pauta negativa para o clima que tramita no Congresso Nacional. O evento, proposto pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e pelas Comissões de Meio Ambiente do Senado e da Câmara dos Deputados.



Participaram do evento a comitiva de parlamentares; Sarney Filho, Ministro do Meio Ambiente; Alfredo Sirkis, Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima; Embaixador José Marcondes, do Ministério das Relações Exteriores; organizações não governamentais (incluindo Observatório do Clima, Greenpeace, IPAM, Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura e Carta de Belém); associações de setores produtivos (União da Indústria de Cana de Açúcar – UNICA, Abquim, Braskem), empresas que atuam na área climática (Como a Waycarbon), fóruns ambientais e gestores ambientais.

O Senador Jorge Viana destacou a necessidade de se fazer uma aliança suprapartidária para viabilizar a implementação da NDC brasileira e impulsionar a pauta positiva para o clima. Além disso, fez chamamento a todos presentes para que indiquem aquelas proposições legislativas que devem ou não ser aprovadas e, também, se há novas ideias de projetos a serem propostos.

O Ministro Sarney Filho destacou a importância da manutenção e recuperação das florestas tropicais para o equilíbrio climático, lembrou que a recuperação de florestas é medida que leva bastante tempo, diferentemente do fechamento de um lixão e do aproveitamento de gases. Finalizou informando que o Brasil se prontificou para sediar a COP-25 em 2019, questão que até o momento não foi decidida.

Em seguida Senadores e Deputados fizeram seus pronunciamentos e foi dada a palavra aos participantes, que foram unânimes na rejeição à MPV nº 795, de 2017, que concede incentivos fiscais de quase 1 trilhão de reais ao setor de petróleo e gás.



Alfredo Sirkis destacou dois projetos positivos para o clima: primeiro, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 750, de 2015, do Senador Jorge Viana, que incorpora em lei os compromissos brasileiros estabelecidos em sua Contribuição Nacionalmente Determinada. O projeto aguarda a votação do relatório do Senador João Capiberibe na Comissão de Meio Ambiente do Senado. O segundo projeto mencionado foi o PL nº 9.086, de 2017, do Deputado Evandro Gussi, que dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio. Na visão de Sirkis, esse PL é extremamente importante, pois atribui o peso da descarbonização a cada um dos combustíveis, ou seja, quanto mais polui, quanto mais emite, mais é taxado. Donizete Tokarski, da UNICA, se manifestou em seguida e reforçou a importância da aprovação do PL do Renovabio.

O Sr. Plínio Nastari, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), destacou que a Agência Internacional de Energia recomenda que o uso de biocombustíveis seja aumentado em 3,5 vezes até 2050, para evitar as emissões por combustíveis fósseis. Nesse sentido, elogiou medidas como o Renovabio para premiar e induzir a eficiência energética.

O Sr. Felipe Bittencourt da “Waycarbon” informou que estão acontecendo debates sobre a precificação de carbono no âmbito do Ministério da Fazenda e sugeriu que os parlamentares acompanhassem a discussão. Segundo ele, trata-se de um complexo instrumento e deve-se evitar que sejam estabelecidos incentivos equivocados, que resultem em subsídios cruzados<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Quando um preço mais baixo cobrado de uma classe de consumidores (ou os incentivos financeiros dados a uma classe de produtores) é compensado por preço mais alto cobrado aos demais consumidores. Ou seja, uma classe de consumidores paga preços mais elevados para subsidiar um grupo específico. Como exemplo hipotético, se a redução de impostos para empresas produtoras de energias limpas



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Sr. Paulo Adário, do Greenpeace, parabenizou os parlamentares pelo evento e qualificou-o como fórum mais importante sobre mudança do clima do Brasil, pois é nele que se estão trilhando os novos caminhos no combate à mudança do clima. Cobrou agilidade na apreciação das sugestões legislativas apresentadas à Câmara (SUG 34/2015 CLP) e ao Senado (Sugestão nº 6, de 2015) para que seja criado projeto de lei que institua o desmatamento zero no Brasil, para que o País produza nas áreas já desmatadas. Segundo Adário, as sugestões contam com o apoio de mais de 1,4 milhão de brasileiros.

O Sr. Davi Canastra do grupo Votorantim indicou a importância da aprovação do PL nº 792, 2007, do Deputado Anselmo de Jesus, que dispõe sobre o pagamento pela prestação de serviços ambientais. Segundo Canastra, com a regulamentação os negócios da floresta poderiam ser alavancados.

Ao final, manifestaram-se os Deputados Nilto Tatto presidente da Comissão de Meio Ambiente, Leo de Britto, Arnaldo Jordy, Cláudio Cajado, Nelson Pellegrino; a presidente do Ibama, Suely Araújo; e o Embaixador José Marcondes, que fez um panorama do *status* das negociações na COP-23 e alertou que a agenda parlamentar brasileira deve incluir não só os ambientalistas, mas também os ruralistas e todos os setores que deverão contribuir com as reduções das emissões.

O Senador Jorge Viana encerrou sugerindo que a cada ano o Senado e a Câmara promovam um evento no espaço Brasil a fim de acompanhar o andamento da pauta brasileira sobre política climática e para ouvir as demandas dos setores e da sociedade civil.

---

provocar um aumento na tarifa de energia elétrica, pela necessidade de aumento da arrecadação para compensar a isenção fiscal concedida.



**QUINTA-FEIRA: 16 DE NOVEMBRO DE 2017**

**a) Evento Fórum Brasileiro de Mudança do Clima**

O evento do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC) ocorreu na *Bula Zone*, sala Adis Abeba, sob a liderança do Secretário-Executivo do Fórum, Alfredo Sirkis, com os seguintes participantes da mesa: Senador Jorge Viana, Ministro do Meio Ambiente Sarney Filho e Embaixador José Marcondes, além de outros membros do Fórum.

**SEXTA-FEIRA: 17 DE NOVEMBRO DE 2017**

**Retorno ao Brasil.**

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A COP-23 realizada em Bonn, Alemanha, foi uma Conferência bastante técnica que teve como objetivo principal regulamentar dispositivos do Acordo de Paris que serão fundamentais para a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas apresentadas pelas Partes.

A COP-23 teve como mote “ir mais longe, mais rápido e juntos” (*further, faster and together*) no combate ao aquecimento global, compromisso que envolve aumento de ambições por parte dos países, regiões, estados, cidades, empresas e sociedade civil.



O Secretariado da Convenção-Quadro, ao final da COP-23, identificou<sup>4</sup> avanços nas seguintes áreas: i) Financiamento da Ação Climática; ii) Investimentos em Ações Climáticas; iii) Coordenação da Ação Climática; iv) Compromissos Corporativos; e v) Ratificações Governamentais. O detalhamento de cada um desses itens é a seguir apresentado.

i) Financiamento da Ação Climática:

**Iniciativa “InsuResilience”:** Alemanha aportará mais 125 milhões de dólares para apoiar a provisão de seguros para 400 milhões de pessoas mais pobres e vulneráveis até 2020. Uma parceria G20 e V20 (países vulneráveis).

**Fundo de Adaptação:** A Alemanha doa 50 milhões de euros e a Itália de 7 milhões de euros, superando seu objetivo de aporte de recursos para 2017 em 13 milhões de dólares. O fundo ficou com um equivalente total de 93,3 milhões de dólares.

**Noruega e Unilever** disponibilizam 400 milhões de dólares para investimento público e privado em desenvolvimento socioeconômico mais resiliente. Investir em modelos de negócios que combinam investimentos em agricultura de alta produtividade, inclusão de pequenos agricultores e proteção florestal.

**Alemanha e Grã-Bretanha** fornecerão 153 milhões de dólares para expandir programas para combater as mudanças climáticas e o desmatamento na Floresta Amazônica.

**Banco Europeu de Investimento** aportará 75 milhões de dólares para um novo programa de investimentos de 405 milhões de dólares da Autoridade de Recursos Hídricos de Fiji. O esquema fortalecerá a resiliência da distribuição de água e tratamento de águas residuais após o ciclone “Winston”, a segunda maior tempestade mundial já registrada, que atingiu Fiji em fevereiro de 2016.

**Green Climate Fund** e o **Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento** acertaram o aporte de 37,6 milhões de dólares para garantir o financiamento do projeto “Saïss Water Conservation Project”, de 243,1 milhões de dólares, para tornar a agricultura marroquina mais resiliente.

**Instituto de Recursos Mundiais** anunciou a cifra de 2,1 bilhões de dólares em investimento privado destinado a restaurar

---

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://cop23.unfccc.int/news/concrete-climate-action-commitments-at-cop23> > Acesso em 23 de novembro de 2017.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

terras degradadas na América Latina e no Caribe através da Iniciativa 20x20.

**PNUD, Alemanha, Espanha e União Europeia** lançam um programa de apoio à implementação de NDCs de 42 milhões de euros para ajudar os países a cumprir o Acordo de Paris.

**NDC Partnership** estabelece novo polo regional para apoiar a implementação de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) no Pacífico.

**13 países e Agência Internacional de Energia** aplicarão 30 milhões de euros no "Programa de transição para energia limpa da Agência" para apoiar transições de energia limpa em todo o mundo.

**Equador** deve reduzir 15 milhões de toneladas de emissões de CO<sub>2</sub> no setor florestal.

**Serviço de Parques Nacionais do Gabão** deve interromper a exploração madeireira ilegal para impedir a emissão de 20 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>.

### ii) Investimentos em Ações Climáticas:

**Banco HSBC** anuncia investimentos de 100 bilhões de dólares para investimentos verdes.

**R20 and Blue Orchard Finance's** apoiarão o Fundo Africano Sub-Nacional do Clima no fornecimento de projetos e fundos prontos para investimento a fim de implementar pelo menos 100 projetos de infraestrutura até 2020.

### iii) Coordenação da Ação Climática:

**Organização Mundial da Saúde, Secretariado da Convenção-Quadro e Presidência de Fiji** anunciam a Iniciativa em Saúde, para assegurar que os pequenos Estados insulares em desenvolvimento tenham sistemas de saúde resilientes às mudanças climáticas até 2030.

**"America's Pledge"** reúne líderes do setor privado e público para garantir que os EUA continuem a ser um líder global na redução de emissões e que atinjam os objetivos climáticos do país no Acordo de Paris.

**"Powering Past Coal Alliance"** reúne 25 países, estados e regiões para acelerar a rápida eliminação do carvão e para apoiar trabalhadores e comunidades afetados por essa transição.

**Prefeitos C40** de 25 cidades pioneiras, que representam 150 milhões de cidadãos, comprometeram-se a desenvolver e começar a implementar planos de ação climáticos mais ambiciosos antes do



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

final de 2020 para entregar cidades neutras e climáticas resistentes ao clima até 2050.

**Aliança Global para Edifícios e Construção** assinou acordo para acelerar e ampliar ações colaborativas.

**Conselho Mundial dos Negócios em Desenvolvimento Sustentável** defende o *Bellow 50*, iniciativa que tem como objetivo desenvolver o mercado global para os combustíveis mais sustentáveis.

**Aliança da EcoMobilidade** cidades ambiciosas comprometidas com o transporte sustentável.

**Iniciativa para transformação da mobilidade urbana** destinada a acelerar a implementação do desenvolvimento sustentável dos transportes urbanos e mitigação das mudanças climáticas.

**Parceria Ocean Pathway** pretende, até 2020, fortalecer a ação e o financiamento que vinculam a ação das mudanças climáticas; oceanos saudáveis e meios de subsistência, inclusive através do processo das Nações Unidas sobre mudanças climáticas e através de planos nacionais de ação climática.

**PNUD** lançou a “Plataforma Global para a Declaração de Nova York sobre Florestas”, a fim de acelerar a consecução de seus objetivos de proteção e restauração florestal.

### iv) Compromissos Corporativos

**Mars Inc.** reduzirá a pegada de carbono em 27%, até 2025, e em 67% até 2050.

**Microsoft** reduzirá as emissões de carbono em 75% até 2030.

**EV100** consegue mais parceiros para a iniciativa de transição para eletro-mobilidade.

**Walmart** compromete-se a trabalhar com commodities que não aumentem o desmatamento.

### v) Ratificações Governamentais

**Síria** ratificou o Acordo de Paris - 170 países já ratificaram.

**Seis países** ratificaram a Emenda de Doha (Bélgica, Finlândia, Alemanha, Eslováquia, Espanha e Suécia) - 90 países no total ratificaram

**Oito países** ratificaram a Emenda Kigali ao Protocolo de Montreal (Comores, Finlândia, Alemanha, República Democrática



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Popular do Lao, Luxemburgo, Maldivas, Eslováquia e Reino Unido) - 19 países no total ratificaram.

Verifica-se, portanto, que houve avanços significativos no âmbito do financiamento da ação climática global e do fortalecimento das parcerias em iniciativas que favorecem a transição para economia de baixo carbono, com destaque para a frágil situação dos países insulares e a necessidade de se estabelecer maior resiliência. Além disso, vários países ratificaram o Acordo de Paris e a Emenda de Doha.

Contudo, os especialistas mais críticos consideram tímidos os resultados da COP-23, pois a Conferência pouco avançou na regulamentação propriamente dita do Acordo de Paris, no que tange aos seguintes aspectos: Mecanismos de Desenvolvimento Sustentável; a transparência na cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; metodologia de registro e de comunicação das reduções das emissões; e diálogos facilitativos, entre outros aspectos.

A experiência de Fiji com o diálogo “Talanoa”, que representa um compartilhamento de ideias, trouxe um ambiente de diálogo positivo que evitou disputas sobre os papéis dos países desenvolvidos e em desenvolvimento e eventuais tentativas de renegociações ou saídas do Acordo de Paris. A comunicação feita pelo presidente Donald Trump a respeito da saída dos Estados Unidos não suprimiu as iniciativas de estados norte-americanos de transição para uma economia de baixo carbono, tampouco incentivou a saída de outros países do Acordo.

Na COP-24, em Katowice na Polônia, em 2018, espera-se que haja um avanço mais significativo na regulamentação do Acordo de Paris e um aumento nas ambições pré-2020, a fim de que em 2020 esse Acordo já



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

esteja plenamente operativo e que as Partes do Acordo estejam preparadas para implementar suas Contribuições Nacionalmente Determinadas, valendo-se do apoio e dos instrumentos que lhes estejam disponíveis.

### 1. FOTOS DA COMITIVA DE PARLAMENTARES NA COP-23



Foto 01 – Deputado Nilto Tatto Presidente da Comissão de Meio Ambiente Chegada à Bula Zone e credenciamento.



Foto 02 – Deputado Nilto Tatto Presidente da Comissão de Meio Ambiente e deputado João Daniel participando Reunião da União Interparlamentar (UIP)



Foto 03– Deputado Nilto Tatto presidente da Comissão de Meio Ambiente, com Embaixador José Marcondes e Senador Jorge Viana Presidente da comissão mista de mudanças climáticas espaço Brasil.



Foto 04 – Deputado Nilto Tatto Presidente da Comissão de Meio Ambiente com Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho na Abertura da Plenária de Alto Nível da COP-23 com chefes de Estado.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Foto 05 – Deputado Nilto Tatto Presidente da Comissão de Meio Ambiente Falando no evento da comitiva de parlamentares no Espaço Brasil.



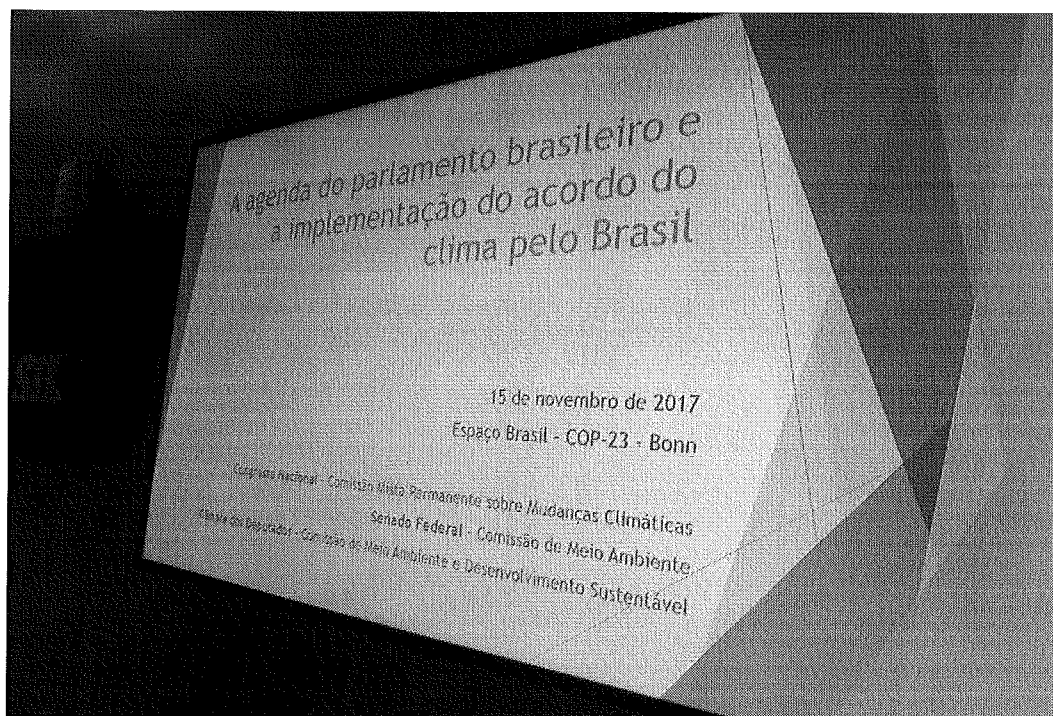
Foto 06 – Deputado Nilto Tatto Presidente da Comissão de Meio Ambiente Evento da comitiva de parlamentares no Espaço Brasil




## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Foto 07: Deputado Nilto Tatto Presidente da Comissão de Meio Ambiente participando da agenda do parlamento brasileiro e a implementação do acordo do clima pelo Brasil.



  
Deputado Nilto Tatto PT/SP

Presidente da Comissão de Meio Ambiente